



## **CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Procuradoria

Processo nº 312/2026

Projeto de Lei Legislativo nº 15/2026

### **PARECER**

Este processo trata da apreciação de constitucionalidade e legalidade da proposição de autoria do ilustre Vereador Jocemir da Enfermagem, que *“Institui a campanha julho dourado, destinada à promoção da saúde dos animais domésticos e de rua e à prevenção de zoonoses e dá outras providências”*.

Em sua justificativa, a proposição visa instituir no âmbito do Município de Cariacica, a Campanha, destinada à promoção da saúde dos animais domésticos e em situação de rua, bem como à prevenção de zoonoses, como instrumento permanente de conscientização, educação e mobilização social.

Além disso, afirma o legislador que, a campanha Julho Dourado surge como importante ferramenta para fomentar políticas públicas voltadas à saúde animal, à saúde pública e ao bem-estar coletivo, promovendo ações educativas, palestras, seminários, campanhas de vacinação, estímulo à adoção responsável, orientação sobre cuidados básicos, controle populacional e prevenção de zoonoses.

Finaliza argumentando que, a prevenção de zoonoses por meio de informação e conscientização contribui diretamente para a redução da demanda por atendimentos no sistema público de saúde, impactando positivamente os custos públicos e promovendo melhores condições de vida para a população.

Sob o aspecto formal, nada obsta a tramitação do projeto, eis que utiliza a via correta para apreciação de seu objetivo, estando de acordo com o estabelecido no Regimento Interno desta Casa de Leis, artigos 106 a 111.

O STF julgou em regime de repercussão geral o RE 878.911/RJ, que teve como relator o Ministro Gilmar Mendes, e fixou entendimento no sentido de reafirmar a jurisprudência da Corte para dizer que não é inconstitucional lei municipal de iniciativa de vereador quando a matéria tratada não está inserida no rol taxativo previsto no art. 61, § 1º, II da Constituição Federal, cuja reprodução é obrigatória nas Constituições Estaduais e Leis Orgânicas





## **CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Procuradoria

Processo nº 312/2026

Projeto de Lei Legislativo nº 15/2026

Municipais devido ao princípio da simetria, ainda que tais leis estabeleçam novas despesas para o município. Ou seja, a decisão do STF, em repercussão geral, definiu a Tese 917 para reafirmar que: “Não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos (art. 61, § 1º, II, 'a', 'c' e 'e', da Constituição Federal).”

Ficou claro que, com exceção das matérias previstas expressamente naqueles dispositivos e seus correspondentes a nível estadual e municipal, todas as outras são inalcançáveis pela inconstitucionalidade formal subjetiva, ou seja, vício de iniciativa, uma vez que a interpretação dada pela Suprema Corte é restritiva e não amplia o rol taxativo previsto pelo legislador constituinte.

No aspecto material, verifica-se que a jurisprudência dos tribunais superiores já sedimentou entendimento de ser constitucional proposição de iniciativa parlamentar que não preveja aumento de despesas fora dos casos constitucionalmente autorizados e não disponha sobre atribuições ou estabeleça obrigações a órgãos públicos, senão vejamos:

***DIREITO CONSTITUCIONAL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. LEI DE INICIATIVA PARLAMENTAR QUE NÃO CRIA ÓRGÃOS OU CARGOS PÚBLICOS E NÃO GERA DESPESAS AO MUNICÍPIO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. 1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido de que não há burla à reserva de iniciativa do Chefe do Poder Executivo na hipótese em que o projeto de lei parlamentar: (i) não preveja aumento de despesas fora dos casos constitucionalmente autorizados; e (ii) não disponha sobre atribuições ou estabeleça obrigações a órgãos públicos. Precedentes. (...). (STF. RE 1243591 AgR / MT. Relator Min. ROBERTO BARROSO. Julgado em 05/03/2020. Publicado em 06/03/2020) (grifo nosso)***

~~No mesmo sentido, qual seja, não viola a reserva de iniciativa do Poder Executivo, é o~~



Autenticar documento em <https://cariacica.camaraespapel.com.br/autenticidade>  
Rod. BR 262, Km 3,5, S/Nº, Campo Grande - Cariacica/ES - CEP 29.140-052  
conforme Lei 2.000 (27) 3226-8255 [www.camara.cariacica.es.gov.br](http://www.camara.cariacica.es.gov.br) - ICP-Brasil.





**CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**Procuradoria**

*Processo nº 312/2026*

*Projeto de Lei Legislativo nº 15/2026*

Cariacica/ES, 06 de fevereiro de 2026.

**GUSTAVO FONTANA ULIANA**

**Procurador Jurídico**

**NATHALIA CARON BARBOSA**

**Matrícula nº 3985**

